



ÁREA TEMÁTICA: Identidades, Valores e Modos de Vida

Datas e Práticas Festivas no(s) Espaço(s) Público(s) Lisboaeta(s) (1974-2005)

RODRIGUES, Patrícia Alexandra Pascoal

Doutoranda em Sociologia

ISCTE

patriciarodrigues@sapo.pt

Resumo

Atendendo ao actual contexto de globalização e com ele ao (re)nascimento de uma profusa e constante “necessidade” de as comunidades se (re)afirmarem, esta comunicação visa dar uma retrospectiva e reflectir sobre o modo como têm sido vividas e dinamizadas certas datas comemorativas de carácter político, cultural, e religioso (católico), no(s) espaço(s) público(s) lisboeta(s), nas últimas décadas.

Tendo em consideração as entidades promotoras dos festejos, o tipo de práticas empreendidas, os contextos temporais e espaciais da sua realização, tentar-se-á apreender as memórias sociais e espaciais que têm (re)emergido em tais datas, algumas das sociabilidades suscitadas pelas mesmas, e por fim, a urbanidade que estes quadros comemorativos têm assumido na cidade de Lisboa.

Os eventos político-culturais estudados respeitam às comemorações do 25 de Abril, do 1.º de Maio, do 10 de Junho, do 5 de Outubro, e do 1.º de Dezembro. Os eventos de cariz cultural concernem aos desfiles de Marchas Populares (promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa e por outras entidades). Quanto aos eventos católicos estes reportam-se a práticas religiosas despoletadas em datas importantes do calendário católico universal, nacional, regional, e local (ou seja, celebrações da Quaresma, da Semana Santa, da Solenidade do Corpo de Deus, de padroeiros, marianas, etc.).

Palavras-chave: Datas Festivas; Práticas Sociais; Urbanidade; Espaço(s) Público(s) Lisboaeta(s)





INTRODUÇÃO¹

A presente comunicação visa abordar a cidade de Lisboa do ponto de vista festivo, tanto no que respeita à importância que certas datas festivas ou comemorativas (políticas, culturais, e religiosas) e práticas a elas associadas assumiram e/ou assumem nesta cidade, em termos de vivências (co)memorativas públicas, como no que diz respeito à importância e identificação dos espaços ou lugares públicos desta cidade que servem de cenário a tais festas ou comemorações.

A existência de quadros temporais e espaciais festivos na/para a cidade pode revelar-se fundamental se se pensar que eles poderão responder a necessidades várias que vão desde a (re)criação de sociabilidades (convívio, entreajuda, interacção, etc.), à (re)actualização de valores, ideologias, ideias, imaginários, etc., e desse modo contribuir de alguma forma para a (re)afirmação de identidades sociais e/ou espaciais (nacionais, regionais, grupais, etc.).

A análise da (re)memoração e/ou da (re)vivência sob a forma festiva de aspectos sociais importantes históricos ou outros (sejam estes de carácter político, cultural, ou religioso) ao mesmo tempo que é uma das formas de retratar o “estado” das memórias colectivas é também um dos meios de ir ao encontro do(s) espaço(s) público(s), neste caso da cidade de Lisboa, e de perspectivar a sua importância do ponto de vista festivo. Pois, as festas ou comemorações quando exteriorizadas colectivamente em lugares públicos são acontecimentos sociais que induzem e “obrigam” a frequentar e a fruir (d)os espaços públicos da cidade – as ruas, praças, bairros, avenidas, etc., os quais por sua vez poderão fazer toda a diferença, tendo em conta os motivos, mais práticos e/ou simbólicos, que poderão estar no cerne da sua utilização. Além do mais, esta utilização, seja ela em que moldes for, ao mesmo tempo que dá a (re)conhecer os espaços públicos festivos da cidade também contribui para os (re)definir como tal.

Em suma, estudar as festas anuais (na sua maioria) *nesta* e *desta* cidade é, pois, atender por um lado a uma multiplicidade de comemorações ou festejos desencadeados por diversos grupos, em diversos contextos sociais, temporais e espaciais, e por outro lado, como que em resultado de tais vivências festivas, reflectir sobre a sua urbanidade, a qual se traduz aqui num certo modo (urbano) de (re)viver certos momentos festivos e vivenciar a cidade e os seus espaços.

1. Eventos Festivos no(s) Espaço(s) Público(s) Lisboaeta(s)

Atendendo aos objectivos propostos, o objecto de estudo centrou-se na compreensão e análise das práticas festivas que foram desencadeadas no(s) espaço(s) público(s) lisboeta(s), essencialmente, entre 1974 e 2005, em datas marcantes ou simbólicas de carácter cultural, político e religioso (católico).

A inclusão neste trabalho de festas ou comemorações de fundo político, cultural e religioso (católico) teve a ver com o facto de todas elas focarem três aspectos ou dimensões importantes da vida social, permitindo dar uma visão mais completa da realidade em estudo.

A investigação empírica baseou-se, fundamentalmente, na consulta e recolha de elementos contidos na *agenda* e *processos* das realizações (ou eventos) participadas nos termos do Dec-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, ao Governo Civil de Lisboa. A escolha desta fonte, como unidade de análise, está no facto de ser no Governo Civil de Lisboa que estão registadas, de uma forma organizada e abrangente, grande parte² das práticas festivas que constituíram o objecto deste estudo.

A fim de precisar o objecto de estudo, e assim, verificar a importância que as datas festivas podem assumir no(s) espaço(s) público(s) lisboeta(s), atendeu-se, essencialmente, a quatro aspectos ou dimensões.

A primeira dimensão respeitou ao *contexto temporal* em que as comemorações ou festejos se realizam, tendo em conta a data da sua ocorrência, longevidade e regularidade. A segunda dimensão visou caracterizar os *actores* (indivíduos e grupos), enquanto agentes sociais, que têm dado e/ou dão vida ou continuidade às comemorações ou festejos em estudo. Quanto à terceira dimensão esta concerne à



identificação do *tipo de práticas* empreendidas (isto é, se assumem a forma de desfiles, concentrações, manifestações, procissões, etc). Por último, a quarta dimensão reportou-se ao *contexto espacial* (espaços públicos, locais, zonas, freguesias, etc.) onde cada prática comemorativa ou festiva ocorreu.

De seguida, passo a expor e caracterizar, de uma forma geral e comparativa, os eventos festivos de carácter político, cultural, e religioso (católico) realizados na cidade de Lisboa entre 1974³ e 2005.

1.1. Comemorações ou Festejos Político-Culturais

No que toca aos eventos de carácter político, ou melhor dizendo político-cultural, a atenção recaiu sobre os festejos ou comemorações do 25 de Abril, do 1.º de Maio, do 10 de Junho, do 5 de Outubro, e do 1.º de Dezembro. A inclusão destas datas comemorativas de carácter político-cultural teve a ver com o facto de todas elas, feriados nacionais, e portanto dias emblemáticos, poderem dar uma visão da importância que tais dias históricos (ainda) revestem na/para a cidade e para os grupos que as promovem.

1.1.1 Contexto Temporal e Entidades Promotoras⁴

Quadro n.º 1 – N.º de Entidades Promotoras das Comemorações Político-Culturais por Décadas⁵

Comemorações Político-Culturais		N.º de Entidades Promotoras por Décadas			Total
		74 ou 75/84	85/94	95/05	
25 de Abril	<i>Dia da Liberdade</i>	70	35	27	132
1 de Maio	<i>Dia do Trabalhador</i>	34	22	41	97
10 de Junho	<i>Dia de Camões, de Portugal, e das Comunidades Portuguesas</i>	8	8	14	30
5 de Outubro	<i>Implantação da República</i>	7	11	13	31
	<i>Fundação de Portugal (Tratado de Zamora)</i>		2	5	7
1 de Dezembro	<i>Restauração da Independência de Portugal</i>	23	9	11	43
Total		142	87	111	340

Fonte: Governo Civil de Lisboa e IAN/TT (2005)

Entre todos os festejos político-culturais, as **comemorações do 25 de Abril** foram as que assinalaram um maior número de entidades promotoras no geral e nas duas primeiras décadas. Isto, apesar de terem vindo, de década para década, a demonstrar um progressivo e acentuado decréscimo no número de entidades promotoras e, assim, a perder alguma urbanidade (a qual, lembro, apenas foi vista neste estudo na perspectiva das acções comemorativas desencadeadas em espaços públicos).

No que toca às entidades promotoras das comemorações do 25 de Abril, embora o maior número de participações, ao longo das três décadas, se deva a diversos órgãos representativos das freguesias e do Município de Lisboa⁶, as comissões promotoras do 25 de Abril (formadas ou organizadas, precisamente, para festejar o 25 de Abril) foram as que assumiram uma maior regularidade. Com excepção de um número ínfimo de outras participações, estes dois promotores foram praticamente os únicos a desencadear festejos na última década.

Se o facto desta comemoração se reportar «a um acontecimento fundador tão recente e onde a participação e iniciativa popular teve tanta importância» pode, por um lado, ajudar a justificar de alguma forma o elevado número destes festejos, comparativamente com «outros rituais comemorativos já em declínio» (por evocarem acontecimentos mais longínquos no tempo), por outro lado, também, sugere que a progressiva



quebra que se verificou na realização destes festejos pode dever-se ao distanciamento (cada vez maior) da data do 25 de Abril de 1974 (Romão, 2001: 169).

Também assinalando um número elevado de festejos, sobretudo na última década, na qual inclusive superam o número de promotores e de práticas de todas as outras festividades políticas, estão as **comemorações do 1.º de Maio**.

Ao longo, e durante cada uma das três décadas os promotores mais envolvidos nas comemorações do 1.º de Maio foram os sindicatos⁷ (71 casos), sendo notória, relativamente a estes últimos, a fraca participação dos partidos políticos⁸ (15 casos), de outros agrupamentos (7 casos), e das comissões promotoras das comemorações do 1.º de Maio (4 casos). Da totalidade de promotores envolvidos nesta comemoração, sobressaíram as centrais sindicais CGTP-IN e UGT, não só por serem as mais participativas como, também, as mais assíduas nos festejos comemorativos do 1.º de Maio.

No que se reporta às **comemorações do 10 de Junho**, notou-se um pequeno acréscimo destas na última década, o qual se deveu mais ao facto destes festejos terem assumido nessa década uma contínua regularidade do que propriamente ao número de promotores e de práticas empreendidas. Tal regularidade derivou muito da participação quase ininterrupta das comissões de Combatentes do Ultramar, durante essa década, já que a participação relativa às restantes entidades promotoras se revelou volúvel de década para década e bastante esporádica.

Em relação às **comemorações do 5 de Outubro**, há que salientar que estas levaram a desvelar, ou melhor dizendo, a (re)lembrar duas realidades históricas distintas. Pois, e se, por um lado, este dia tem sido marcado por comemorações evocativas da Implantação da República (ocorrida precisamente a 05/10/1910), por outro lado, ele também tem sido lembrado e festejado enquanto dia que assinala a data histórica (embora não instituída oficialmente) da Fundação de Portugal (Tratado de Zamora) que aconteceu igualmente a 5 de Outubro (mas de 1143).

Contudo, se as comemorações relativas à Implantação da República atravessaram as três décadas e foram as mais celebradas, as respeitantes à Fundação de Portugal revelaram-se poucas e manifestaram-se apenas nas duas últimas décadas com uma certa irregularidade. Seja como for, ainda que o feriado do 5 de Outubro se reporte apenas à Implantação da República, ambos os festejos redobram e reforçam o sentido e significado desta data, pois, e embora se trate de festejos distintos (até porque, como que por ironia, um evoca a Monarquia e o outro a República), os dois retratam ou relembram acontecimentos importantes da história de Portugal. Ao mesmo tempo esta dupla e algo antagónica (mas não conflitual) perspectiva histórica da data do 5 de Outubro, aqui materializada nas comemorações, não manifesta senão o carácter plural dos grupos e das referências identitárias (de cariz cultural, político, religioso, etc.) que coexistem de uma forma mais explícita e tolerante na cidade e de um modo geral nas sociedades urbanas (Ascher, 1998; Simmel, 2001 [1997]; Wirth, 2001 [1997]).

As comemorações relativas à Implantação da República (31 casos) foram desencadeadas pelos Centros Escolares Republicanos (ou comissões por eles constituídas) (28 casos), e pela Câmara Municipal de Lisboa⁹ (3 casos). Relativamente aos festejos evocativos da Fundação de Portugal (7 casos) estes foram realizados pela Real Associação de Lisboa (4 casos) e por agrupamentos monárquicos (3 casos).

Quanto às **comemorações do 1.º de Dezembro**, e em comparação com o número de promotores e práticas empreendidas na primeira década (74/84), estas também apresentaram um decréscimo. Revivificando esta data estiveram na sua quase totalidade grupos, movimentos ou sociedades patrióticas, destacando-se entre estes promotores a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, uma vez que foi a única que de uma forma regular (ainda que descontínua), e também mais explícita¹⁰, empreendeu comemorações ao longo das três décadas.

O pouco ou quase estanque desenvolvimento destas últimas comemorações, por parte de promotores interessados na sua realização, assim como das anteriores referentes ao 10 de Junho e ao 5 de Outubro, sugere que essa realidade pode dever-se, mais uma vez, tal como aconteceu com as comemorações do 25



de Abril, à longevidade das respectivas datas fundadoras a que estas comemorações se reportam (até porque neste caso todos estes acontecimentos históricos são bastante mais longínquos que o 25 de Abril, cuja história é relativamente recente).

Quadro n.º 2 – Entidades Promotoras das Comemorações Político-Culturais por Décadas

Comemorações Político-Culturais					
Entidades Promotoras por Comemoração		Décadas			Total
		74 ou 75/84	85/94	95/05	
Comemorações do 25 de Abril					
Comissões		9	10	10	29
Órgãos Representativos das Freguesias e do Município de Lisboa		22	12	13	47
Partidos Políticos e/ou Organizações Políticas		22	10	3	35
Associações, Colectividades, Sindicatos, e Organizações		6	3	1	10
Agrupamentos de Indivíduos		11	0	0	11
Total		70	35	27	132
Comemorações do 1.º de Maio					
Sindicatos		18	20	33	71
Partidos Políticos		9	2	4	15
Comissões		4	0	0	4
Outros Agrupamentos		3	0	4	7
Total		34	22	41	97
Comemorações do 10 de Junho					
Comissões Promotoras do 10/06		4	1	0	5
Comissões de Combatentes do Ultramar		0	2	9	11
Academia Literária e Artística Tábua Rasa		0	3	0	3
Círculo Cultural Florbela Espanca		0	2	0	2
Outros Promotores		4	0	5	9
Total		8	8	14	30
Comemorações do 5 de Outubro					
<i>Implantação da República</i>	Centros Escolares Republicanos (Comissões)	7	11	10	28
	Câmara Municipal de Lisboa	0	0	3	3
Total		7	11	13	31
<i>Fundação de Portugal (Tratado de Zamora)</i>	Real Associação de Lisboa		0	4	4
	Agrupamentos Monárquicos		2	1	3
Total			2	5	7
Comemorações do 1.º de Dezembro					
Grupo dos Amigos de Olivença		7	2	0	9
Sociedade Histórica da Independência de Portugal		7	5	9	21
Vera Lagoa e Outros		8	1	0	9
Movimento Nova Monarquia		0	1	0	1
Movimento 10 de Junho		0	0	2	2
Partido Comunista Português		1	0	0	1
Total		23	9	11	43

Fonte: Governo Civil de Lisboa e IAN/TT (2005)



1.1.2 Tipo de Práticas e Temas Evocados

 Quadro n.º 3 – Tipo de Práticas¹¹ Comemorativas empreendidas por Décadas

Comemorações Político-Culturais					
Tipo de Práticas empreendidas por Comemoração	Décadas				
	74 ou 75/84	85/94	95/05	Total	
Comemorações do 25 de Abril					
Concentrações	7	4	2	13	
Desfiles	15	17	19	51	
Comícios	19	18	7	44	
Actividades Desportivas	26	0	0	26	
Actividades Culturais e/ou Recreativas	21	10	11	42	
Festas	13	3	1	17	
Outras Iniciativas	7	1	1	9	
Total	108	53	41	202	
Comemorações do 1.º de Maio					
Concentrações	17	11	16	44	
Desfiles	19	11	13	43	
Comícios	8	0	6	14	
Concentrações com Comício	4	13	12	29	
Actividades Desportivas	4	0	0	4	
Actividades Culturais e/ou Recreativas	7	0	8	15	
Outras Actividades Comemorativas	5	12	19	36	
Total	64	47	74	185	
Comemorações do 10 de Junho					
Homenagens e/ou Concentrações	6	9	11	26	
Romagens ou Desfiles	6	1	3	10	
Outras Práticas	4	0	0	4	
Total	16	10	14	40	
Comemorações do 5 de Outubro					
Implantação da República	Romagens aos Túmulos dos Heróis da Revolução	7	11	10	28
	Homenagens a António José de Almeida	0	10	10	20
	Actividades Culturais ou Recreativas	0	0	5	5
Total	7	21	25	53	
Fundação de Portugal (Tratado de Zamora)	Homenagens a D. Afonso Henriques		2	1	3
	Caravanas Monárquicas		0	4	4
Total		2	5	7	
Comemorações do 1.º de Dezembro					
Homenagens	14	7	11	32	
Manifestações Culturais	3	0	2	5	
Desfiles	8	1	0	9	
Desfiles com Discursos Evocativos	0	0	4	4	
Caravana Automóvel	0	1	0	1	
Total	25	9	17	51	

Fonte: Governo Civil de Lisboa e IAN/TT (2005)



As práticas mais frequentes nas **comemorações do 25 de Abril** são os *desfiles* (ou manifestações que por implicarem trajecto designei como desfiles) (51 casos), logo seguidas pelos *comícios* (44 casos), pelas *actividades culturais e/ou recreativas*¹² (42 casos), por *actividades desportivas*¹³ (26 casos), *festas*¹⁴ (17 casos), *concentrações* (13 casos) e por fim por *outro tipo de iniciativas*¹⁵ (9 casos).

No que diz respeito ao tipo de práticas utilizadas para comemorar o **1.º de Maio**, também, estas são diversas. Assim, e entre as mais frequentes destacam-se as concentrações (44 casos), os desfiles (43 casos), e outras actividades comemorativas¹⁶ (36 casos).

Relativamente a estas duas últimas comemorações, 25 de Abril e 1.º de Maio, são particularmente interessantes as iniciativas com carácter festivo que foram empreendidas em vários anos, tais como exposições, passagem de slides, documentários, acções de divulgação e de esclarecimento, etc., já que estas ao mesmo tempo que demonstraram uma certa propensão em evocar o passado e o presente também predisuseram a que se reflectisse sobre o futuro (incutindo ou reforçando determinados valores).

Passando agora às **comemorações do 10 de Junho**¹⁷, a maior parte das acções comemorativas realizadas nesse dia deveram-se a homenagens e/ou concentrações (26 casos) respeitando as restantes acções a romagens ou desfiles (10 casos), e a outro tipo de práticas (4 casos).

As *homenagens e/ou concentrações* consistiram na deposição de flores junto a um monumento, estátua ou túmulo, a alocações de poesia (camoniana), cânticos, e outras iniciativas relacionadas com a data.

Entre as *romagens ou desfiles* (6 casos), incluem-se uma marcha anti-fascista (1997) e uma marcha anti-racista (1999), ambas promovidas por agrupamentos de indivíduos.

Quanto à realização de *outras práticas* (4 casos), estas reportaram-se a diversas actividades recreativas, culturais e desportivas desencadeadas pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1980, no âmbito das comemorações do IV Centenário da morte de Camões (as quais também faziam parte do programa das Festas da Cidade de Lisboa) (2 casos); a uma missa campal (comemorativa do Dia 10 de Junho) promovida por um agrupamento de indivíduos, em 1979, na Ermida das Descobertas; e ainda a uma festa de natureza cultural (dedicada ao Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas) desencadeada pelo Partido Socialista em 1980.

Independentemente da realização destas práticas comemorativas pressupor, desde logo, e pelo menos de uma forma implícita, a evocação de todas as temáticas que a actual designação desta data assume e consagra, ou seja, “Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades Portuguesas”, no entanto, pode dizer-se que algumas práticas deram de uma forma mais explícita um especial enfoque a uma dessas temáticas. Na última década este facto foi particularmente evidente dado que são praticamente inexistentes comemorações evocativas de Camões. Em contrapartida, sobressairam as homenagens aos Combatentes do Ultramar¹⁸ que, curiosamente, não deixam de retomar, ainda que em outro contexto, a temática da Guerra Colonial, sobre a qual também incidiram durante o Estado Novo estas mesmas comemorações (João, 2002: 138)¹⁹.

Além do mais, não se pode deixar de salientar, de igual modo, a “irrupção” (ainda que esporádica) de novas formas de evocar ou celebrar este dia, as quais aconteceram através da sensibilização da população para algumas problemáticas sociais, tais como o racismo, e outras²⁰.

Ora, a mutabilidade destas temáticas não é senão a reconfirmação de que as memórias sociais não são estáticas, e como tal as referências que estão no cerne das comemorações podem ser (re)actualizadas em prole dos interesses momentâneos dos grupos que lhes dão vida e que são o seu sustentáculo social.

No que toca às **comemorações do 5 de Outubro**, as referentes à Implantação da República foram realizadas através de romagens aos túmulos dos heróis da revolução no Cemitério do Alto de S. João (28 casos), de homenagens a António José de Almeida²¹ (20 casos), e de actividades culturais e/ou recreativas (5 casos). Relativamente às práticas comemorativas evocativas da Fundação de Portugal (Tratado de



Zamora) estas foram desencadeadas através de *homenagens a D. Afonso Henriques* (3 casos), e a *Caravanas Monárquicas* (4 casos).

Por fim, das 51 práticas festivas desencadeadas nas **comemorações do 1.º de Dezembro**, 37 deveram-se a *práticas sem trajecto* (homenagens e manifestações culturais), e 14 a *práticas com trajecto* (desfiles, desfiles com discursos evocativos, e uma caravana automóvel).

Entre estas práticas ressalto, por ser a mais frequente, a cerimónia junto ao Monumento à Restauração (da qual consta, entre outros actos, a deposição de flores junto a esse Monumento), com ocupação de toda a Praça e locais anexos, promovida pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Além dessa cerimónia, alguns avisos enviados ao Governo Civil deram ainda conta da realização, nesse mesmo dia, em alguns anos, de uma Missa de Acção de Graças pela Restauração de Portugal na Sé de Lisboa.

Quadro n.º 4 - Tipo de Práticas e Temas Evocados pelos Promotores por Décadas nas Comemorações do 10 de Junho²²

Comemorações do 10 de Junho							
Tipo de Práticas	Promotores	Décadas	Temas Evocados por Prática				Total
			Camões	Combatentes do Ultramar	Camões e outras temáticas alusivas à Data	Racismo e/ou Outras Problemáticas	
Homenagens e/ou Concentrações	Comissões Promotoras do 10/06	74/84	2		2		4
		85/95	0		2		2
		Total	2		4		6
	Comissões de Combatentes do Ultramar	85/95		2			2
		96/05		9			9
		Total		11			11
	Academia Literária e Artística Tábua Rasa	85/95	3				3
		Total	3				3
	Círculo Cultural Florbela Espanca	85/95	2				2
		Total	2				2
Outros Promotores	74/84	1	0	1	0	2	
	96/05	0	1	0	1	2	
	Total	1	1	1	1	4	
Romagens ou Desfiles	Comissões Promotoras do 10/06	74/84		1	3		4
		85/95		0	1		1
		Total		1	4		5
	Outros Promotores	74/84	1		1	0	2
		96/05	0		1	2	3
		Total	1		2	2	5
Outras Práticas	Outros Promotores	74/84	2		2		4
		Total	2		2		4

Fonte: Governo Civil de Lisboa e IAN/TT (2005)



1.1.3 Contexto Espacial

No que concerne ao contexto espacial, os locais encontrados para comemorar o **25 de Abril e o 1.º de Maio** não incidiram na sua maioria (no caso do 25 de Abril) ou mesmo na sua totalidade (no caso do 1.º de Maio) em “locais de memória” propriamente ditos²³. Todavia, e se, por um lado, a utilização de alguns locais indicou um critério de escolha que foi mais funcional ou prático²⁴, na medida em que alguns espaços onde decorreram estes festejos, foram utilizados fundamentalmente para concentrações e/ou comícios, práticas estas que exigem um espaço mais amplo a fim de albergar um maior número de pessoas, por outro lado, a também frequente utilização, intencional ou não, da Avenida da Liberdade nos festejos do 25 de Abril ou “Dia da Liberdade”, e o Estádio do 1.º de Maio ou zonas circundantes a este nas comemorações do 1.º de Maio ou “Dia do Trabalhador”, deixou transparecer um objectivo ou critério mais simbólico, já que os topónimos dos espaços utilizados traduzem de alguma forma o espírito destas comemorações.

Quanto às **comemorações do 10 de Junho, do 5 de Outubro e do 1.º de Dezembro** estas realizaram-se, na sua maioria, junto a monumentos (como por exemplo, o Monumento aos Heróis da Restauração nas Comemorações do 1.º de Dezembro, e o Monumento aos Combatentes do Ultramar nas Comemorações do 10 de Junho), estátuas (tais como, a de António José de Almeida nas Comemorações do 5 de Outubro/Implantação da República, de D. Afonso Henriques nas Comemorações do 5 de Outubro/Fundação de Portugal, e de Luís de Camões nas Comemorações do 10 de Junho), ou em outros espaços, igualmente, simbólicos do ponto de vista dos respectivos acontecimentos fundadores.

Em particular, no que se reporta a estas últimas práticas comemorativas, é de relevar não só o facto de que é junto a estes espaços simbólicos que a sua realização toma um sentido mais profundo, mas também a assunção que são estas práticas que permitem de uma forma mais marcante revivificar tais locais ou espaços públicos monumentais.

Ainda no que se refere ao contexto espacial das comemorações político-culturais, e de uma forma geral, não se pode deixar de salientar o grande número de festejos ocorridos em/entre praças, principalmente (mas não exclusivamente) históricas, como a Praça D. Pedro IV ou Rossio, a Praça dos Restauradores, e a Praça Marquês de Pombal.

1.2. Eventos Culturais na Cidade de Lisboa: o caso das Marchas Populares

Em relação aos eventos de carácter cultural as práticas festivas analisadas foram as marchas populares lisboetas, enquadradas nos festejos dos santos populares no mês de Junho, ou não sejam elas o “*ex-libris*” das festas da cidade de Lisboa.

As marchas populares que constituíram o objecto de análise reportam-se tanto às marchas populares participantes no concurso promovido pela Câmara Municipal de Lisboa (desde 1932 até 2005)²⁵, no âmbito das Festas da Cidade de Lisboa, como a outras marchas populares, eventualmente, desencadeadas por outras entidades. Entre estas últimas constam as marchas que se realizaram extra-concurso (em anos em que houve concurso), e as que se efectuaram em anos em que não houve concurso (apenas desfile).


Quadro n.º 5 – Eventos Culturais (Marchas Populares Lisboaetas) por Décadas

Eventos Culturais (Marchas Populares Lisboaetas)											
Marchas Populares (Concurso da Câmara Municipal de Lisboa)	Desfile de Marchas na Av. da Liberdade	N.º de Concursos por Décadas								Total	
		30'	40'	50'	60'	70'	80'	90'	00/05'		
		4	2	4	7	1	5	10	6	39	
N.º de Marchas a Concurso por Décadas											
		30'	40'	50'	60'	70'	80'	90'	00/05'	Total	
		33	23	51	103	15	73	189	120	607	
N.º de Exibições de Marchas por Décadas											
Outras Exibições de Marchas Populares em Anos de Concurso da Câmara Municipal de Lisboa ²⁶			30'	40'	50'	60'	70'	80'	90'	00/05'	Total
	Marchas Infantis		2						23	3	28
	Marchas de Bairros		1		1	2		7	19	5	35
	Outras Marchas							2	9	2	13
N.º de Exibições de Marchas por Décadas											
Exibições de Marchas em Anos em que não houve Concurso da Câmara Municipal de Lisboa			30'	40'	50'	60'	70'	80'	90'	00/05'	Total
	Grande Marcha de Lisboa						3	1			4
	Marchas Populares de bairros e colectividades							5			5
	Marchas Infantis							1			1

Fontes: Governo Civil de Lisboa e IAN/TT; Centro de Documentação do Museu do Fado; Gabinete de Estudos Olisiponenses (Espólio de José Ramalho); e “Diário de Notícias” (2005).

No caso das marchas populares lisboetas pode afirmar-se com alguma precisão que é um facto a crescente (re)vitalização e relevância que assumiram (e assumem) no(s) espaço(s) lisboeta(s) na época dos Santos Populares. Contribuindo para tal estiveram, por um lado, a contínua e ininterrupta realização do concurso de marchas populares promovido pela Câmara Municipal de Lisboa a partir de 1988, um número cada vez maior de marchas participantes nesse concurso, a diversidade de bairros que o integraram e galvanizaram, assim como as “tradicionais” voltas ao bairro, ensaios gerais, e outras apresentações que foram desenvolvidas no âmbito da participação no mesmo, como por exemplo, a introdução (extra-concurso) no desfile das marchas populares da marcha infantil da “Voz do Operário” (em 1988) e da Marcha dos Mercados (em 2005). Por outro lado, há que salientar também as marchas que foram organizadas por outras entidades, as que foram desencadeadas nos anos em que não houve concurso (apenas desfile), e ainda as marchas infantis (tanto as resultantes do concurso de marchas infantis de Lisboa promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, iniciado em 1996, como outras que foram impulsionadas por outras entidades).

Toda esta diversidade de marchas não é senão uma das provas, mesmo que não constitua uma novidade, que o interesse na realização deste tipo de práticas não advém apenas de uma única entidade promotora como a Câmara Municipal de Lisboa (ainda que esta seja o seu principal motor), uma vez que outras entidades se mostraram igualmente interessadas na sua realização.

Depois, e além da sua inegável carga lúdica, histórico-patrimonial, e promocional estas práticas expressam igualmente valores sócio-educativos e pedagógicos de que são exemplo primordial as marchas infantis²⁷, e induzem ainda a uma certa socialização que se reflecte no facto de possibilitarem o (re)conhecimento (mesmo que este por vezes possa ser desfigurado ou reinventado) das histórias e características identificadoras e identitárias dos bairros e assim da própria cidade de Lisboa. Isto, para já não falar das sociabilidades que a organização e participação nestas práticas implica, tal como dão conta os trabalhos de António Firmino da Costa (1999) e Graça Cordeiro (1997).

Sobre os contextos espaciais das marchas populares, embora a Avenida da Liberdade se tenha mantido sempre como o local privilegiado das exibições das marchas, há que salientar, de igual modo, os próprios



bairros (históricos ou populares) onde são organizadas e vividas de uma forma mais intensa as marchas participantes no concurso da Câmara Municipal de Lisboa.

1.3 Festividades e Práticas Católicas no(s) Espaço(s) Público(s) Lisboaeta(s)

Quanto aos eventos religiosos (católicos) consideraram-se todas aquelas práticas religiosas, tais como procissões, vias-sacras, cortejos, peregrinações e missas campais despoletadas nos espaços públicos lisboetas em datas importantes do calendário católico (universal, nacional, regional e local).

Quadro n.º 6 – Festividades Católicas por Décadas

FESTIVIDADES CATÓLICAS		Décadas			Total
		74/84	85/95	96/05	
Quaresma ²⁸	<i>Senhor dos Passos</i>	16	25	45	86
	<i>Outros Festejos</i>	1	7	90	98
Total		17	32	135	184
Semana Santa	<i>Domingo de Ramos</i>	0	23	63	86
	<i>Sexta-Feira Santa</i>	15	52	73	140
	<i>Domingo de Páscoa</i>	0	1	0	1
	<i>Outros Dias</i>	0	1	5	6
Total		15	77	141	233
Devocionais	<i>Devoções Marianas</i>	39	172	299	510
	<i>Santos e Santas</i>	8	49	93	150
Total		47	221	392	660
Solenidade do Corpo de Deus		4	23	25	52
Total		4	23	25	52
Outros Festejos Católicos	<i>Anos Santos ou Jubileus</i>	9	6	24	39
	<i>Aniversários de Paróquias, Acontecimentos, ou Entidades</i>	4	21	4	29
	<i>Criação/Inauguração de Paróquias ou Igrejas</i>	1	4	3	8
	<i>Bênçãos de Finalistas</i>	0	1	10	11
	<i>Caminhadas ou Iniciativas dedicadas aos Jovens</i>	3	2	6	11
	<i>Festas de Bairro</i>	0	19	8	27
	<i>Diversas Iniciativas</i>	0	10	34	44
<i>Sem Referência ao Motivo</i>	0	21	9	30	
Total		17	84	98	199
TOTAL		100	437	791	1328

Fonte: Governo Civil de Lisboa e IAN/TT (2005)

Em termos de urbanidade as festividades católicas assumiram uma especial relevância, pois, cada uma delas foi assumindo, de forma gradual, ao longo das décadas, um elevado número de práticas religiosas, as quais por sua vez foram despoletadas cada vez mais por um maior número de entidades (entre as quais sobressaíram as paróquias ou igrejas)²⁹.

Alimentando esta urbanidade estiveram, em suma, as festas anuais dos(as) padroeiros(as), as múltiplas devoções marianas, os diversos festejos efectuados por ocasião da estadia na cidade de Lisboa de alguma imagem, relíquia ou objecto santo (ocasiões estas que no caso da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima assumiram alguma frequência), a continuidade, reatamento ou (re)invenção de algumas práticas ditas “tradicionais” (como muitos dos promotores afirmavam), e ainda uma série de práticas que vieram revitalizar certos festejos.

**Quadro n.º 7 – Práticas Religiosas por Décadas**

Eventos Religiosos (Católicos)		Décadas			Total
		74/84	85/95	96/05	
Práticas Religiosas	Procissões	78	331	514	923
	Vias-Sacras	3	34	143	180
	Peregrinações e Caminhadas	11	6	30	47
	Cortejos e Outras Iniciativas	3	4	26	33
	Missas ou Eucaristias Campais	5	62	78	145
Total	100	437	791	1328	

Fonte: Governo Civil de Lisboa e IAN/TT (2005)

No que se reporta às práticas religiosas as procissões (923 casos) foram as que assumiram uma maior frequência, seguidas pelas vias-sacras (180 casos), missas ou eucaristias campais (145 casos), peregrinações e caminhadas (47 casos), e por fim pelos cortejos e outras iniciativas (33 casos).

Relativamente aos contextos espaciais das práticas festivas católicas, pode afirmar-se que a maior parte destes assumiu alguma importância do ponto de vista religioso, já que grande parte destas festividades efectuou-se junto ou nas proximidades de um espaço sagrado (isto é, uma igreja, capela, ermida, etc.), ou num local público que foi arranjado ou paramentado com adornos religiosos para o efeito³⁰, ou ainda em outros espaços públicos que o imaginário religioso “transfigurou” momentaneamente em sagrados³¹.

Contudo, mais do que os lugares onde cada uma das festividades católicas e práticas religiosas se desencadeou, que, em suma, dependeu muito das entidades que os promoveram, assim como do tipo de prática que foi empreendida, ou ainda do contexto social e religioso que as originou, importa salientar, também, a sua prática, em particular, no espaço citadino lisboeta. Isto porque, além de ter sido notória a organização destas festividades na maior parte das freguesias da cidade de Lisboa, há que acentuar, de igual modo, que sendo Lisboa a capital do país, e constituindo o Patriarcado de Lisboa uma das três províncias ou metrópoles eclesiásticas³² existentes neste país, alguns festejos ou cerimónias assumiram (e assumem) aqui quase que “obrigatoriamente” uma especial relevância. Foram disso exemplo, entre outros, as aberturas e encerramentos dos anos santos, ou recentemente o Congresso Internacional para a Nova Evangelização (ICNE) o qual inclusive originou diversas práticas religiosas (não só nesta cidade como em outras localidades) entre as quais se destacou, pode afirmar-se, uma mega-procissão que visou a Consagração de Lisboa à Virgem Maria, que percorreu alguns dos espaços centrais de Lisboa³³, e que foi transmitida em directo pela televisão.

CONCLUSÕES

Passando agora às conclusões deste trabalho, e no que se reporta à urbanidade dos festejos, dando uma visão muito geral e comparativa dos três tipos de eventos (políticos, culturais e religiosos) pode referir-se, no que toca ao total de entidades promotoras de cada conjunto de eventos aqui estudados, que exceptuando os festejos político-culturais, que em relação à primeira década sofreram um decréscimo no número de entidades promotoras interessadas na realização desses festejos, tanto os eventos culturais (marchas populares lisboetas) como os religiosos (católicos), pelo contrário, revelaram um acréscimo de promotores.



Seja como for, contando com mais ou menos interrupções, ou mesmo sem estas, todas as comemorações ou festejos acusaram alguma regularidade, a qual é importante, uma vez que revelou que nenhuma das datas ou eventos estudados caiu no esquecimento público (ainda que por vezes possa ter esmorecido).

Em relação ao contexto temporal, pode afirmar-se que a incidência da realização dos festejos nas próprias datas comemorativas, a qual foi quase total na maior parte das comemorações, denotou uma certa coerência e importância do significado de tais datas.

No que se refere, de uma forma geral, às entidades promotoras das comemorações foi de notar principalmente nas festividades políticas (25 de Abril, e Comemorações do 10 de Junho, 5 de Outubro e 1.º de Dezembro) um certo desinteresse por parte de grupos que não sejam grupos de interesses ou grupos formalmente institucionalizados, no desenvolvimento destes festejos, pelos menos de uma forma explícita, e nos espaços públicos lisboetas.

Relativamente ao tipo de práticas são de relevar as que foram (re)inventadas (tais como as bênçãos de finalistas, e algumas marchas populares, como por exemplo, a marcha dos mercados e as marchas infantis), algumas que são inusuais (como as vias *matris* e *lucis*), assim como as que vieram (re)vitalizar alguns espaços e festejos (tal como o cortejo de S. Jorge na procissão de N. S. da Saúde, algumas vias-sacras, uma reconstituição das barricadas existentes em 1910, promovida pela CML no âmbito das comemorações do 5 de Outubro).

No que se reporta ao contexto espacial os espaços utilizados nos diversos festejos revelaram na maior parte dos casos uma sintonia com os objectivos em curso. Podendo afirmar-se, conclusivamente, que a utilização de espaços, no que toca à vivência festiva, revelou não só a existência de uma memória colectiva (espacial), como a importância que os espaços públicos, ou pelo menos alguns deles, exercem enquanto espaços integradores com a «função de fundar e consolidar os laços sociais» (Castro, 2002: 53). Entre tais espaços relevo as praças históricas, os espaços monumentais, e os bairros (históricos e outros).

Enfim, além do papel mais ou menos sensibilizador que de uma forma ou outra todas as festas aqui estudadas assumiram, visando incutir, (re)lembrar, resguardar ou apelar para um valor, crença, realidade histórica e/ou actual, também ficou aqui patente, através da realização de algumas comemorações, como certas datas festivas podem ser contextos importantes de sociabilidade (quer antes, durante, ou depois dos festejos) e também de socialização.

BIBLIOGRAFIA

ASCHER, François (1998), *Metapolis : acerca do futuro da cidade*, Celta Editora, Oeiras.

CASTRO, Alexandra (2002), “Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívica. Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos”, em *Cidades. Comunidades e Territórios*, n.º 5, CET/ISCTE, pp. 53-67.

CORDEIRO, Graça Índias (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Celta Editora, Oeiras.

JOÃO, Maria Isabel (2002), *Memória e Império – Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RODRIGUES, Patrícia Alexandra Pascoal (2007), *Datas e Práticas Festivas. A Dinamização do(s) Espaço(s) Público(s) Lisboaeta(s) (1974-2005)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, ISCTE, Lisboa.



ROMÃO, Isabel Severo Crispim (2001), *Estrutura e Dinâmica da Ritualidade Política no Portugal Democrático: 1974-1998*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

SIMMEL, Georg ([2001] 1997) “A Metrópole e a Vida Mental”, em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*, Editora Celta, Oeiras, pp. 31-43.

WIRTH, Louis (2001 [1997]), “O Urbanismo como Modo de Vida”, em Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização – Ensaios de Sociologia*, Editora Celta, Oeiras, pp. 45-65.

Site: <http://www.olivenca.org>

1 NOTAS

N

Este artigo é uma síntese dos dados e conclusões resultantes da Dissertação de Mestrado em Sociologia “*Datas e Práticas Festivas: A Dinamização do(s) Espaço(s) Público(s) Lisboaeta(s) (1974-2005)*”, realizada sob a orientação do Professor Doutor Luís Vicente Baptista, e defendida em Junho de 2007 no ISCTE.

² Com excepção das marchas populares, por os avisos referentes a este tipo de festejos ter-se revelado insuficiente para uma análise mais detalhada (nomeadamente no que concerne às colectividades promotoras e às marchas participantes no concurso, desde o seu início em 1932), e também, no que respeita às comemorações político-culturais, de alguns elementos relativos ao ano de 1974 (o que se deve ao facto da participação de eventos tais como manifestações, a que se refere o Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto terem começado a ser registadas no Governo Civil de Lisboa, somente, a partir de Novembro de 1974), tendo-se recorrido neste caso à pesquisa e análise de algumas fontes documentais jornalísticas.

³ Com excepção, das comemorações do 25 de Abril que por motivos óbvios só podem ser contabilizadas a partir de 1975, e das Marchas Populares, cujo passado recente permitiu a sua pesquisa desde os seus primórdios em 1932.

⁴ Vd. quadros n.ºs 1 (N.º de Entidades Promotoras das Comemorações Político-Culturais por Décadas) e 2 (Entidades Promotoras das Comemorações Político-Culturais por Décadas).

⁵ Este quadro revela o número de entidades promotoras das comemorações Político-Culturais por Décadas, sendo que uma mesma entidade foi contabilizada duas ou mais vezes por ano sempre que realizou tais festejos em mais do que um dia do mesmo ano.

⁶ Relativamente aos *órgãos representativos das freguesias e do Município de Lisboa* o maior número de casos reportou-se a comemorações promovidas por juntas de freguesia (32 casos) ou por juntas de freguesia conjuntamente com colectividades (9 casos), tendo os restantes festejos sido desencadeados pela Câmara Municipal de Lisboa (6 casos). Dados extraídos da Dissertação de Mestrado em Sociologia.

⁷ Entre os sindicatos participantes contam-se a *CGTP-IN* (34 casos), a *UGT* (27 casos), o *Fórum ou União dos Sindicatos Independentes* (7 casos), e por último *outros sindicatos* (3 casos).

⁸ Entre os *partidos políticos e outros órgãos políticos* destacaram-se a Aliança Povo Unido (18 casos) e o Partido Comunista Português (7 casos). Os restantes dizem respeito ao Partido Socialista (3 casos), ao jornal “Em Luta”-Órgão do Comité Central do PCP (2 casos) e, com 1 caso cada, a Coligação Democrática Unitária, a Juventude Comunista Portuguesa, a Juventude Social Democrata, e a Frente Eleitoral Povo Unido.

⁹ Comemorações estas que não correspondem a cerimónias “propriamente” oficiais, mas a espectáculos ou iniciativas que a Câmara Municipal empreendeu nesse dia.

¹⁰ Pois, e apesar de apenas se ter encontrado referência, nos processos do Governo Civil de Lisboa, a festejos promovidos pelo Grupo dos Amigos de Olivença nas duas primeiras décadas, o site deste Grupo (<http://www.olivenca.org>) dá conta de que esta sociedade patriótica tem participado ou comparecido nas comemorações oficiais do 1.º de Dezembro empreendidas pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal na Praça dos Restauradores (nomeadamente, em 2002, 2003, 2004 e 2005).

¹¹ Este quadro expõe o n.º e tipo de práticas festivas, relativas às comemorações político-culturais, empreendidas por cada entidade promotora de tais festejos. Como tal, considere e contabilize como práticas distintas todas as práticas ou actividades festivas diferentes (realizadas no mesmo local ou em locais diferentes da cidade de Lisboa) e/ou idênticas (mas realizadas em locais diferentes da cidade de Lisboa) promovidas, num mesmo dia, por uma mesma entidade.

¹² De que são exemplo, arraiais, diversos espectáculos de variedades (muitos deles dedicados a crianças: tais como ilusionismo, palhaços, pinturas, etc.), espectáculos musicais, exposições, passagem de slides e documentários, etc..

¹³ Tais como gincanas, corridas, ginástica, etc.

¹⁴ Esta designação/categorização generalista advém do facto de alguns dos promotores não terem especificado, de um modo mais concreto, o tipo de práticas que iam realizar dando apenas o “aviso” da realização de, precisamente, uma *feira*.

¹⁵ Mais precisamente, estas iniciativas comemorativas do 25 de Abril constaram de um Festival Popular (que decorreu em 1977 durante vários dias do mês de Abril), de alguns almoços-convívio, um piquenique com canto livre, e de uma homenagem pública aos Combatentes do Ultramar.

¹⁶ Onde foram incluídas uma manhã infantil, uma sessão pública, acções de divulgação e esclarecimento sobre sindicalização com o objectivo de divulgar e esclarecer o 1.º de Maio, e comemorações do 1.º de Maio, no geral, que foram assim designadas pelos promotores, e que estes não especificaram em que consistiram.

¹⁷ Além do quadro n.º 3 (Tipo de Práticas Comemorativas empreendidas por Décadas), ver, também, quadro n.º 4 (Tipo de Práticas e Temas Evocados pelos Promotores por Décadas nas Comemorações do 10 de Junho).

¹⁸ Dia este que também tem constituído “pretexto” para o “Encontro Nacional de Combatentes” que tem acontecido anualmente desde 1994.

¹⁹ Pois, segundo Maria Isabel João, a partir de 1963 o feriado de 10 de Junho «tornou-se o dia da atribuição de condecorações aos militares que se tinham distinguido em combate em África. O dia em que a nação, representada pelos seus chefes supremos, reconhecia o heroísmo dos seus soldados e no qual se fazia o apelo à unidade dos portugueses e à continuação da luta e do sacrifício pela conservação do Império» (2002: 138).

²⁰ Por exemplo, em 2003 a CGTP-IN promoveu no dia 10 de Junho uma manifestação, cujo objectivo era: “*Outro Mundo e Outro Portugal são Possíveis*”.

²¹ Tribuna e fundador da I República.

²² Este quadro expõe o n.º e tipo de práticas festivas, relativas às comemorações do 10 de Junho, empreendidas por cada entidade promotora de tais festejos. Como tal, considere e contabilize como práticas distintas todas as práticas ou actividades festivas diferentes (realizadas no mesmo local ou em locais diferentes da cidade de Lisboa) e/ou idênticas

(mas realizadas em locais diferentes da cidade de Lisboa) promovidas, num mesmo dia, por uma mesma entidade. De igual modo, este quadro expõe também os temas que foram evocados pelos promotores em cada prática empreendida (já que houve casos em que uma mesma entidade desencadeou várias práticas, no dia 10 de Junho, que evocaram temas distintos).

²³ Já que no caso das Comemorações do 25 de Abril estas recaíram por vezes no Largo do Carmo, e no caso das comemorações do 1.º de Maio o acontecimento fundador destes festejos não teve origem em Portugal.

²⁴ No caso das comemorações do 25 de Abril, por exemplo, a Praça D. Pedro IV ou Rossio e a Praça da Figueira, ou no caso das comemorações do 1.º de Maio o Parque Eduardo VII ou a Torre de Belém (UGT), o Largo Martim Moniz (CGTP), a Alameda D. Afonso Henriques, e a Alameda da Universidade (CGTP), ou de novo o Rossio (USI). Ainda que estas praças, assim como a Torre de Belém possam ser espaços históricos ou monumentais.

²⁵ Tendo em conta os objectivos propostos, apenas se incidiu no estudo das marchas que se realizaram em espaços públicos, ou seja em espaços ao “ar livre” da cidade de Lisboa, não sendo, pois, aqui incluídas as exposições, igualmente feitas no âmbito desse concurso, mas que se realizaram no Pavilhão dos Desportos e mais recentemente no Pavilhão Atlântico.

²⁶ Os dados que aqui se expõem pretendem apenas dar uma perspectiva geral e sucinta de outras exposições de marchas (participantes e não participantes no concurso promovido pela Câmara Municipal de Lisboa) que foram organizadas nesta cidade nos anos em que houve concurso de marchas, já que não foi feita uma pesquisa rigorosa sobre esta realidade. Como tal, estão apenas aí incluídas as marchas que foram participadas ao Governo Civil de Lisboa entre 1974 e 2005 (embora estas só tenham sido aí registadas até ao ano de 2002), e as que resultaram da pesquisa a outras fontes documentais (nomeadamente às revistas anuais das marchas populares e ao jornal “*Diário de Notícias*”).

²⁷ Tanto as marchas infantis promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa, a Marcha da Voz do Operário, e outras impulsionadas por escolas, visaram não só colmatar interesses pedagógicos ou educativos, como também inculcar nas crianças a importância de costumes e tradições, como as marchas populares, relacionados com esta cidade e respectivos bairros.

²⁸ Apesar da Quaresma só terminar na Quinta-Feira Santa, considerei e enquadrei neste trabalho como festejos relativos à Quaresma os que se realizaram somente até ao Sábado que antecede o Domingo de Ramos, já que a partir desse Domingo entra-se na Semana Santa (a qual analisei neste trabalho como uma outra quadra festiva).

²⁹ Fazem parte das restantes entidades: as Irmandades, o Patriarcado de Lisboa, Vigararias, Pastorais, outros organismos ou instituições católicas, associações de bairro, e ainda comissões e agrupamentos de indivíduos.

³⁰ Tal como acontece, por exemplo, com a Alameda da Universidade, na Cidade Universitária, aquando a realização da Bênção de Finalistas, que mais a mais, a própria toponímia ou designação deste local também traduz o espírito desse acontecimento religioso.

³¹ A passagem por vários espaços ou locais públicos que assinalam e representam as diversas estações das vias-sacras, *matris* ou *lucis* expressa (e expressou) bem essa realidade.

³² Sendo as restantes a Arquidiocese de Braga, e a Arquidiocese de Évora.

³³ Mais concretamente, decorreu, no dia 12/11/2005, entre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima e a Igreja de S. Domingos, passando pelo Campo Pequeno, Avenida da República, Saldanha, Avenida Fontes Pereira de Melo, Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade, Restauradores, e Rossio.